

andhep

Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação

**RELATÓRIO  
DE  
ATIVIDADES**

2006

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	03
2. Balanço – janeiro a dezembro.....	06
3. Novo site da ANDHEP.....	10
4. Participação da ANDHEP no Seminário para revisão do plano nacional de educação em direitos humanos .....	11
5. II Encontro Anual da ANDHEP .....	20
5.1 – O II Encontro .....	20
5.2 – Perfil dos participantes .....	22
5.3 – Primeiro dia – 07 de junho .....	27
5.4 – Segundo dia – 08 de junho .....	30
5.5 – Terceiro dia – 09 de junho .....	37
5.6 – Assembléia Geral .....	43
5.7 – Gastos do II Encontro Anual .....	49
5.8 – Grupos de Trabalho .....	50
6. Grupo De Direitos Humanos E Saúde Mental .....	61
7. Concurso de Monografias .....	61
8. Vídeo de Direitos Humanos.....	65
9. Projetos Futuros .....	70

## 1. INTRODUÇÃO

A nova diretoria da ANDHEP assumiu em janeiro de 2006 após terem sido eleitos em consulta virtual aos associados. Compõe a diretoria o Prof. Sérgio Adorno; presidente, Profa. Flávia Piovesan; vice-presidente, Prof. Eduardo C. B. Bittar; secretário executivo, Profa. Cláudia Perrone-Moisés; secretária adjunta, Prof. João Ricardo Dornelles, Prof. Luciano Mariz Maia, Nancy Córdia e Silvia Pimentel; todos membros da diretoria executiva, Prof. Fernando Scaff, Maria Victória Benevides e Nádia de Araújo, todos membros do conselho fiscal.

Em janeiro de 2006 foram iniciados os preparativos para o II Encontro Anual da ANDHEP, realizado nos dias 07, 08 e 09 de junho, na Universidade de São Paulo.

Para tornar o site da ANDHEP mais amplo, no sentido de permitir o acesso freqüente de seus associados, foram feitas modificações para permitir a publicação de artigos, a criação de um Fórum de discussão e informações de programas de direitos humanos e catálogos de pesquisa, no âmbito nacional e internacional. Muito já foi realizado, atualmente a ANDHEP tem recebido artigos que são publicados no site. Acreditamos que este poderá ser um espaço de pesquisa, consulta, articulação entre os programas de direitos humanos, estudantes, pesquisadores e professores. Até o final do ano, o site terá um Fórum de discussão e disponibilizará diversos espaços on-line para as mais diversas articulações.

O II Encontro Anual contou com a presença de cerca de 300 pessoas, entre elas estudantes de graduação e pós-graduação, professores e militantes de direitos humanos, dos mais variados estados brasileiros.

Entre os projetos da ANDHEP está a elaboração de vídeos temáticos de direitos humanos com o intuito de sensibilizar a sociedade e de conceder à

população em geral, inclusive àquela pertencente ao ambiente escolar e acadêmico, uma maior conscientização política de seus direitos e deveres, além de trazer à tona a questão dos Direitos Humanos em suas várias facetas, com base no desenvolvimento do processo de conceituação, delimitação, apresentação e desmistificação dos Direitos Humanos.

Entre os projetos da ANDHEP está a elaboração de vídeos temáticos de direitos humanos com o intuito de sensibilizar a sociedade e de conceder à população em geral, inclusive àquela pertencente ao ambiente escolar e acadêmico, uma maior conscientização política de seus direitos e deveres, além de trazer à tona a questão dos Direitos Humanos em suas várias facetas, com base no desenvolvimento do processo de conceituação, delimitação, apresentação e desmistificação dos Direitos Humanos.

Outro projeto em andamento é um concurso de monografias, cujos temas são: Direitos Humanos e Cidadania, e Direitos Humanos e Saúde Mental. O Prêmio, no valor de R\$ 2.500,00 cada um, será entregue aos vencedores durante o III Encontro Anual da Associação. Tendo em vista os desafios teóricos e práticos comportados pelo tema, a ANDHEP resolve criar esse Prêmio, com vistas ao cumprimento de seu Estatuto e finalidade social. Esses concursos têm o objetivo promover o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e a divulgação do conhecimento em matéria de direitos humanos.

A ANDHEP, a partir de setembro, passou a compor o Grupo de Direitos Humanos e Saúde Mental, grupo que motivou um dos concursos mencionados acima.

No final de novembro, a ANDHEP idealizou dois projetos, que serão desenvolvidos no mesmo período:

- I. PROJETO DO LIVRO "DIREITOS HUMANOS": a produção de uma publicação em que estejam contidos artigos e estudos sobre o tema dos direitos humanos;
- II. PROJETO DO "CÓDIGO DE DIREITOS HUMANOS": compilação e publicação de documentos no âmbito dos direitos humanos.

Esses trabalhos têm por objetivo divulgar os trabalhos que são apresentados nos encontros anuais da ANDHEP. Essa iniciativa apresenta ligação com as propostas de ação previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH - II, principalmente a que pretende “Apoiar programas de ensino e de pesquisa que tenham como tema central a educação em direitos humanos” (PNDH – II - 471), motivando o pedido de financiamento deste projeto junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

Além disso, a ANDHEP também constatou que não há nenhuma publicação que compile todos os documentos e legislações internacionais e nacionais de direitos humanos. Nesse sentido, além da publicação dos artigos, a ANDHEP pretende desenvolver um levantamento de convenções, tratados, pactos, protocolos, estatutos e demais documentos, nacionais e internacionais, no âmbito dos direitos humanos e reunir todo esse material em uma única publicação. O objetivo desse trabalho será disponibilizar e tornar acessível a todos um universo do que existe no âmbito legislativo acerca dos direitos humanos, principalmente aqueles que ainda não foram traduzidos, trabalho este que também será desenvolvido neste projeto.

Outros projetos estão em pauta no desenvolvimento dos trabalhos da ANDHEP em 2007 como a realização do III Encontro Anual, a produção de mais um vídeo de direitos humanos, a produção de uma publicação cujo tema será a metodologia de educação em direitos humanos e o intercâmbio acadêmico, em

que professores de outras universidades, nacionais e internacionais, são convidados a participarem dos programas de direitos humanos nas faculdades em que eles são desenvolvidos. Todos esses projetos serão desenvolvidos com o apoio financeiro da Fundação Ford, que renovou a doação à ANDHEP para os anos de 2007 e 2008.

## 2. BALANÇO – JANEIRO A DEZEMBRO

### JANEIRO

---

- Registro de Ata de eleição
- Reunião da Diretoria
- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Recebimento da doação da Fundação Ford
- Início dos preparativos para o II Encontro Anual da ANDHEP

### FEVEREIRO

---

- Reunião da Diretoria
- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Produção do Relatório de Atividades 2005 ANDHEP
- Produção do Relatório Fiscal 2005
- Preparativos para o II Encontro Anual da ANDHEP
- Reconstrução do site da ANDHEP

### MARÇO

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Organização do II Encontro Anual da ANDHEP
- Debate: "Direito à Informação e a abertura dos arquivos da ditadura militar", organizado pelo Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância da USP, CA XI de Agosto, Núcleo de Estudos da Violência da USP, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Desarquivando o Brasil, com o apoio da ANDHEP

- Reunião da equipe executiva da ANDHEP
- Entrega do Relatório de Atividades 2005 para Fundação Ford
- Levantamento de cursos e programas em direitos humanos para construção de banco de dados, que será disponibilizado no site da ANDHEP

## ABRIL

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Organização do II Encontro Anual da ANDHEP: divulgação do encontro e abertura das inscrições para estudantes, professores e instituições
- Levantamento de cursos e programas em direitos humanos para construção de banco de dados, que será disponibilizado no site da ANDHEP
- Entrega do Relatório Fiscal 2005 para Fundação Ford

## MAIO

---

- Disponibilização do novo site da ANDHEP ([www.andhep.org.br](http://www.andhep.org.br))
- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Organização do II Encontro Anual da ANDHEP: divulgação do encontro e recepção das inscrições para estudantes, professores e instituições
- Levantamento de cursos e programas em direitos humanos para construção de banco de dados, que será disponibilizado no site da ANDHEP

## JUNHO

---

- Organização final para a realização do II Encontro Anual da ANDHEP
- Realização do II Encontro Anual da ANDHEP
- Elaboração do Relatório de Atividades - Primeiro Semestre

## JULHO

---

- Registro de Ata da Assembléia anual da ANDHEP e de novo Estatuto Social
- Envio dos certificados de participação do II Encontro Anual
- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Criação do E-groups da ANDHEP (andhep@googlegroups.com)

## AGOSTO

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Construção de um canal de comunicação com os associados da ANDHEP através de discussões temáticas no e-groups da Associação, com discussões temáticas sobre direitos humanos
- Solicitação de artigos e trabalhos apresentados pelos palestrantes e participantes do II Encontro Anual da ANDHEP para futura publicação
- Reunião com a equipe da produtora PALEO TV para a execução de um projeto de vídeo de direitos humanos

## SETEMBRO

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
  - Reunião do grupo de saúde mental do Ministério da Saúde, representado pelo secretário executivo da ANDHEP Prof. Eduardo Bittar
  - Elaboração dos editais dos Concursos de Monografia cujos temas foram: Direitos Humanos e Cidadania, e Direitos Humanos e Saúde Mental
-

## OUTUBRO

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Divulgação dos concursos de monografia: distribuição de cartazes, chamadas pro meio do site da ANDHEP, divulgação por email, etc.
- Apresentação de projeto de trabalho para a produção do vídeo de direitos humanos, realizado pela PALEO TV

## NOVEMBRO

---

- Reuniões semanais da equipe executiva da ANDHEP
- Debate: "Pela abertura dos arquivos de Ditadura Militar", organizado pelo Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância da USP, CA XI de Agosto, Núcleo de Estudos da Violência da USP, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Desarquivando o Brasil, com o apoio da ANDHEP
- Finalização do vídeo de direitos humanos
- Levantamento de orçamentos para duplicação do vídeo de direitos humanos para distribuição
- Elaboração dos projetos: I. PROJETO DO LIVRO "DIREITOS HUMANOS" e II. PROJETO DO "CÓDIGO DE DIREITOS HUMANOS"

## DEZEMBRO

---

- Duplicação de 1000 exemplares do vídeo de direitos humanos para distribuição
- Distribuição inicial dos vídeos: 220 cópias enviadas para os associados e diretores da ANDHEP

- Envio dos projetos de publicação de livro e código de direitos humanos para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

### 3. NOVO SITE DA ANDHEP

O novo site da ANDHEP entrou no ar em maio deste ano. As modificações realizadas facilitarão a utilização do mesmo pelos membros da Associação.

O site da ANDHEP está mais amplo, o que permite o acesso freqüente de seus associados. Foram feitas modificações para permitir a publicação de artigos, a criação de um Fórum de discussão e informações de programas de direitos humanos e catálogos de pesquisa, no âmbito nacional e internacional.

Atualmente a ANDHEP tem recebido artigos que são publicados no site. Acreditamos que este poderá ser um espaço de pesquisa, consulta, articulação entre os programas de direitos humanos, estudantes, pesquisadores e professores. Até o final do ano, o site terá um Fórum de discussão e disponibilizará diversos espaços on-line para as mais diversas articulações.

O objetivo é tornar o site uma ferramenta que possibilite diversas atuações no desenvolvimento de pesquisas, articulações entre cursos de direitos humanos e estudantes, professores e pesquisadores da área.

#### 4. Participação da ANDHEP no Seminário para revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

O Seminário para Revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto da ação conjunta entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e a Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Direitos Humanos Direitos de Todos da SEDH e Educação para a Diversidade e Cidadania da SECAD/MEC.

Desta forma, o Governo Federal, por intermédio da SEDH, no cumprimento da recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) - a qual estabeleceu a década de 1995-2004 para a Educação em Direitos Humanos - criou em 09 de julho de 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). O CNEDH é composto por representações do MEC, da SEDH, da sociedade civil e por especialistas em direitos humanos e em educação e possui, entre seus objetivos, os seguintes: contribuir para a formulação, avaliação e monitoramento de uma política pública de educação em direitos humanos; refletir sobre as práticas de formação e de intervenção em educação em direitos humanos; e divulgar conhecimento e produção acadêmica nessa temática.

O CNEDH possui entre suas atribuições:

a) monitorar, avaliar e propor modificações na política nacional de educação em direitos humanos;

b) monitorar e avaliar o cumprimento das ações e medidas constantes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH);

c) propor princípios e critérios para o desenvolvimento e avaliação de ações referentes à educação em direitos humanos desenvolvidas pela SEDH;

d) apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à educação em direitos humanos;

e) propor e dar parecer sobre projetos de lei que estejam em tramitação nas instâncias legislativas, bem como propor sugestões de novas normas legislativas sobre o tema;

f) estimular, nas esferas federal, estaduais e municipais, a criação de instâncias para a formulação de políticas de educação em direitos humanos;

Como expressão do esforço em elaborar uma política de educação em direitos humanos, imprescindível para a formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes de seus direitos e de como protegê-los, o CNEDH editou a primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), sob a forma de instrumento eficaz na consolidação de políticas públicas de direitos humanos, como forma de promover nos processos de educação formal e não-formal ações e programas voltados para o exercício da cidadania, para o respeito e valorização da pluralidade e à diversidade social, étnica, racial, sexual, cultural, de gênero e de crenças religiosas. O PNEDH subdivide-se em 5 (cinco) áreas de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Superior, Educação não-formal, Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança e Educação e Mídia.

Segue a descrição das propostas dos caminhos a serem trilhados e dos objetivos gerais do PNEDH:

- a) fortalecer o Estado Democrático de Direito;
- b) enfatizar o papel dos direitos humanos no desenvolvimento nacional;
- c) contribuir para a efetivação dos compromissos assumidos com relação à educação em direitos humanos no âmbito dos instrumentos e programas internacionais e nacionais;
- d) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos;
- e) orientar políticas educacionais direcionadas para o respeito aos direitos humanos;
- f) estabelecer concepções, objetivos, princípios e ações para a elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos;
- g) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais de direitos humanos.
- h) levantar informações por meio de um cadastro único de instituições/entidades que realizam ações de educação em direitos humanos nas unidades federadas.

Segundo a SEDH, no período compreendido entre junho e novembro de 2005, foi implementado - em conjunto com o MEC e o CNEDH - um processo de Consulta Nacional para revisão e atualização do PNEDH, por meio de Encontros Estaduais. Os Encontros Estaduais tiveram a presença de convidados e representantes de organizações governamentais (federais, estaduais e municipais) e de entidades da sociedade civil. Dentre seus objetivos, estavam compreendidos: divulgar e debater o PNEDH, com vistas à sua reelaboração e implementação; envolver e articular entidades públicas e da sociedade civil para participarem do processo de consulta, revisão, implementação, avaliação e monitoramento do PNEDH, assegurando a legitimidade do processo e a participação social; e constituir um coletivo (Comitê Estadual ou Fórum) responsável pela realização de audiências públicas

e oficinas de trabalho para a estruturação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

Seminário "Revisão do I Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos"

Nos dias 06 e 07 de junho de 2006, a SEDH promoveu uma reunião extraordinária do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) para avaliação da proposta do documento revisado do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O evento teve a participação da Gerência de Cooperação com Organismos Internacionais, da Coordenadoria do Comitê de Educação em Direitos Humanos, de representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Coordenadora do Projeto de Revisão do I PNEDH e integrantes da equipe, de especialistas convidados, e de representantes do Comitê de Educação em Direitos Humanos.

Dia: 06/06/2006

Das 09 às 12 horas

I PNEDH e a constituição do Comitê Nacional do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

Profa. Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide | Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)

Metodologia de revisão do I PNEDH

Profa. Dra. Suely Souza de Almeida | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fez-se necessária a demonstração de certos aspectos: com a realização da primeira consulta dos relatórios extraídos dos Encontros Estaduais, foi constatada a diversidade dos dados emitidos pelos Estados. A equipe do projeto de revisão resolveu estabelecer o critério de definição das questões relevantes para cada Estado, tendo em vista a diversidade das pessoas presentes nos encontros (representantes dos diversos Estados e inscritos, considerados componentes prioritários no processo do estabelecimento das questões).

#### Perfil dos Participantes dos Encontros Estaduais

Profa. Adjunta Maria Celeste Simão | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio)

Foi feita uma amostragem dos Estados com base nos seguintes dados: nome, função, formação, cargo profissional, instituição, área, tipo de entidade, natureza da entidade.

#### Situação dos Dados:

Os dados necessários à análise da equipe de revisão foram classificados em três categorias:

\*Não recebidos;

\*Recebidos (classificados como completos, incompletos, legíveis e não ilegíveis);

\*Dados que merecem observação.

Os documentos compilados nos Encontros Estaduais para a coleta de dados foram classificados como relatórios, listas de presença, fichas de inscrição, listas de convidados e outros. Tendo em vista a diversidade dos dados apresentados à equipe responsável pela sistematização, registrou-se a

necessidade de indicar, em uma próxima oportunidade, o preenchimento dos documentos, visando um processo de padronização.

Sistematização das consultas estaduais – Ações e contribuições dos Estados

Profa. Dra. Lília Guimarães Pougy | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Os documentos encaminhados pelos Estados foram classificados como: sugestões com caráter impositivo, sugestões descabidas das propostas colocadas (linha de ação em Direitos Humanos) e ausência de sugestões. A justificativa para os prejuízos provenientes da composição dos dados ficou fortemente ligada ao registro das contribuições, primeiramente, em relação ao tempo reduzido para os registros das contribuições (totalizando um dia) e posteriormente, devido à inconsistência dos relatos.

Demonstração dos Gráficos por Estado:

No tocante à classificação dos dados, foram destacadas as seguintes áreas:

- 1º) Educação;
- 2º) Segurança e Justiça;
- 3º) Entes dos Direitos Humanos;
- 4º) Legislativo.

Demonstração dos Gráficos por Estado (Tipo/Exemplificação):

Dando prosseguimento à demonstração dos gráficos por Estado, quanto ao tipo/exemplificação, a equipe apresentou os gráficos das instituições que emitiram os relatórios dentro das categorias: ente estadual, municipal, federal e associações.

Demonstração dos Gráficos por Estado (Natureza/Exemplificação):

Os gráficos foram demonstrados quanto à natureza das instituições: pública, privada e privada não-governamental (no caso de instituições ou entidades sem fins lucrativos).

12 às 14 horas – Almoço

14 às 18 horas

Trabalho em grupos – Discussão da proposta de nova redação do I PNEDH, com base nas consultas estaduais

Os participantes do seminário foram divididos em cinco equipes, de acordo com a subdivisão dos I Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:

- Educação Básica;
- Educação Superior;
- Educação Não-formal;
- Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança;
- Educação e meios de comunicação.

Ensino Superior – Equipe de trabalho designada pela ANDHEP

A equipe de trabalho para a qual a ANDHEP foi designada foi a intitulada “Ensino Superior”. Foram postas em prática no trabalho em grupo a revisão, análise e a consideração de sugestões em relação ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Coordenação e Relatoria da equipe:

Profa. Dra. Suely Souza de Almeida | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Composição da Equipe:

Alayde Sant'anna | Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC)

Bete Pereira | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)

Denise Carvalho da Silva – Representando a Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP)

Laura Tavares Soares | Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Maria das Graças P. de Brito | Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

Marilson dos Santana | Departamento de Pesquisa (DEPES/SESU/MEC)

Milena Lins Fernandes Soares | Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC)

Nair H. Bicalho de Sousa | Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Unb/IPEA)

Solon Viola | Comitê da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Vera Karam de Chueri | Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Dia: 06/06/2006

9 às 12 horas

Intervenção dos especialistas nas áreas programáticas do PNEDH e Debates

Profa. Dr. João Ricardo Wanderley Dornelles | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio)

#### Quadro do Terceiro Milênio e do Século XXI

O palestrante demonstrou a fragilização do Estado Capitalista, dos aspectos locais, sócio-econômicos e no âmbito das políticas públicas sociais, além de apresentar questões chaves surgidas na década de 80, abaixo relatadas:

- Direitos Humanos: O discurso hegemônico se apropria do discurso dos Direitos Humanos (George W. Bush x Iraque). A designação discurso hegemônico é dada quanto à natureza declaratória da dedução dos direitos para a classificação como direitos individuais.

- Democracia: Centralizada no campo do discurso da regra do jogo político hegemônico.

- Desenvolvimento – É notória uma contraposição entre o ponto de vista econômico e o ponto de vista social: Por parte do discurso hegemônico existe um reducionismo nestes três termos (direitos humanos, democracia e desenvolvimento).

12 às 14 horas – Almoço

14 às 18 horas

Plenária de encerramento – Sistematização das contribuições do seminário.

#### Recomendações e Ações Futuras:

Foi realizada em plenário a reelaboração das propostas conforme modificações sugeridas durante a reunião. Em virtude do esgotamento do tempo, a revisão da proposta final, edição e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos seria finalizada pela equipe designada e revista pelos integrantes do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## 5. II ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP – 2006

### 5.1 – O II Encontro Anual da ANDHEP

Perseguindo seus objetivos de contribuir para o avanço do estudo, da pesquisa, do debate e da construção e afirmação do conhecimento sobre direitos humanos, a ANDHEP realizou em São Paulo o II Encontro Anual, entre os dias 07 e 09 de junho de 2006. O tema do encontro foi “Direitos Humanos e Cosmopolitismo”, com diversos debates sobre a extensão dos direitos humanos em um contexto avançado de globalização e as alternativas para o choque de civilizações, para a oposição de valores culturais e religiosos, bem como para o confronto de extremismos e radicalismos cuja única linguagem de expressão, como supressão do diálogo, é a violência.

O encontro foi dividido em palestras e grupos de trabalhos. As palestras, que antecederiam os grupos de trabalho, sugeriam temas para discussão e exposição de temas centrais para o debate na área dos direitos humanos, não só no campo acadêmico, mas também nos campos político e social. Os grupos de trabalho foram espaços de apresentações de artigos, trabalhos e projetos de pesquisa de participantes previamente inscritos. Esse material apresentado foi debatido conforme a temática de cada grupo de trabalho, dividido a partir de temas norteadores dos direitos humanos: inclusão social, acesso à justiça, educação para os direitos humanos, balanço dos programas de direitos humanos, relatos de experiências governamentais e não-governamentais na promoção dos direitos humanos, tortura e graves violações de direitos humanos e minorias: raça, gênero, geração e grupos sócio-econômicos. Cada grupo de trabalho elegeu um relator que descreveu os trabalhos apresentados e discussões realizadas no grupo de trabalho do qual fazia parte no final do encontro. Assim, todos os participantes tiveram oportunidade de saber quais

foram os debates ocorridos em todos os grupos de trabalho, principalmente daqueles que não participou.

Diferentemente do primeiro encontro, o segundo possibilitou aos participantes a apresentação de trabalhos de pesquisa, projetos e artigos. Esse material será avaliado por uma Comissão Editorial, indicada pela Diretoria da ANDHEP, e os trabalhos escolhidos serão publicados. Além dos trabalhos, todas as palestras ocorridas durante o evento serão também publicadas. O objetivo dessa publicação é oferecer um espaço para que os estudantes e pesquisadores da área dos direitos humanos tenham oportunidade de registrar seus artigos e trabalhos e que ela seja um canal de divulgação desse material. Além disso, pretende ampliar a temática dos direitos humanos e expandir os temas que vêm sendo trabalhadas nas mais diversas áreas do conhecimento no tocante aos direitos humanos.

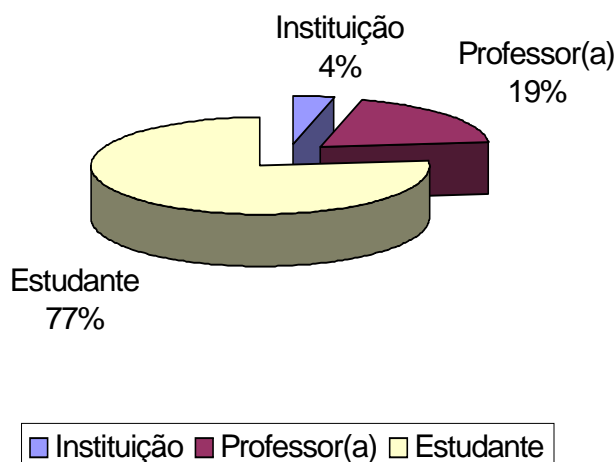
A seguir, foi elaborado um breve relato das palestras e dos grupos de trabalho que ocorreram durante o II Encontro Anual da ANDHEP.

## 5.2 Perfil dos participantes

A ANDHEP recebeu 103 inscrições para o II Encontro Anual de professores, estudantes de graduação e pós-graduação e de entidades de todo o país, aumentando seu número de associados e expandindo ainda mais seu canal de interlocução com organização, profissionais, militantes e estudiosos na área de direitos humanos.

QUADRO 1			
Perfil dos participantes do II Encontro Anual da ANDHEP - 2006			
Instituição	Professor(a)	Estudante	Total
4	20	79	103

Conforme o Quadro 1, das 103 inscrições 4% foram de instituições, 19% de professores e 77% de estudantes de graduação e pós-graduação de cursos de Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Educação, etc.

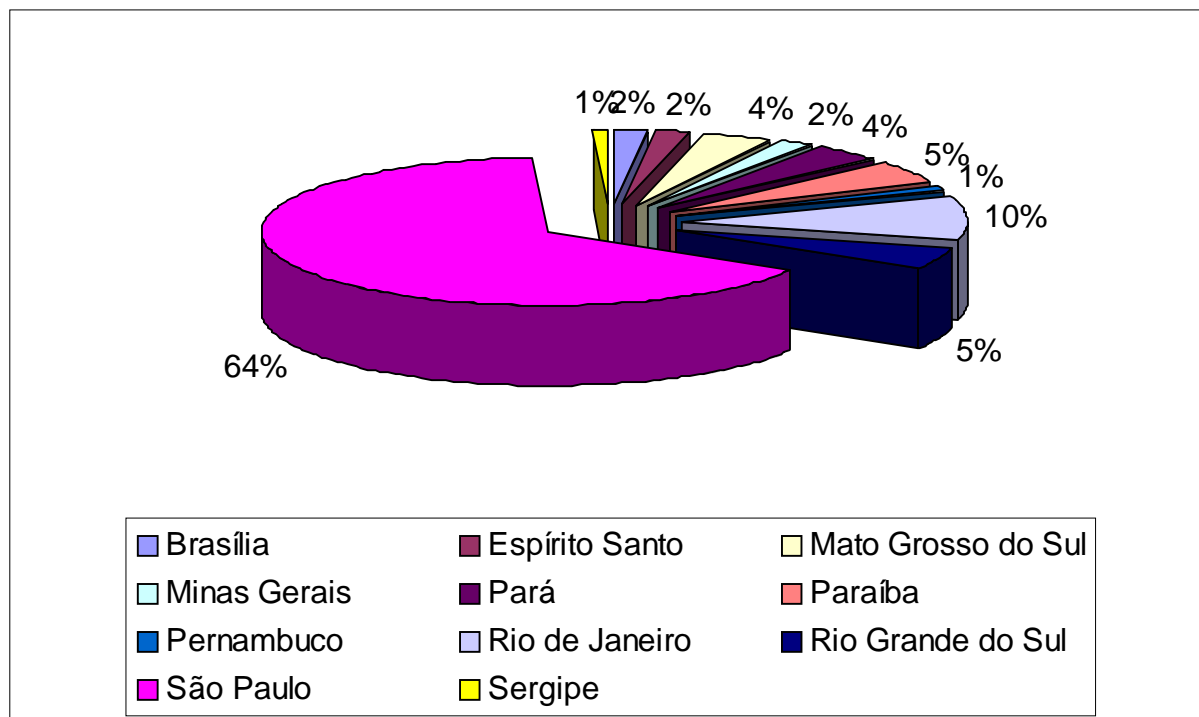
**Perfil dos participantes do II Encontro Anual da ANDHEP 2006**

Além da multiplicidade de professores, militantes e estudantes de diversas áreas, cuja transversalidade foi atingida pelo viés dos direitos humanos, houve também um pluralismo com relação às origens de cada participante. Conforme o Quadro 2 abaixo, houve representantes de todas as regiões do Brasil, do Norte ao Sul, do Sudeste ao Nordeste, incluindo o Centro-Oeste.

QUADRO 2	
Perfil dos participantes do II Encontro Anual da ANDHEP - 2006	
Estado	Nº de participantes
Brasília	2
Espírito Santo	2
Mato Grosso do Sul	4

Minas Gerais	2
Pará	4
Paraíba	5
Pernambuco	1
Rio de Janeiro	10
Rio Grande do Sul	5
São Paulo	67
Sergipe	1
Total	103

O estado de São Paulo teve a maior participação devido ao fato do encontro ter sido realizado neste estado. Apesar disso, o evento contou com a participação de estudantes do curso de pós-graduação do programa de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, do curso de pós-graduação do programa de Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará, da Universidade Católica Dom Bosco do Mato Grosso do Sul, do Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), do Instituto Superior de Filosofia Berthier IFIBE de Passo Fundo Rio Grande do Sul, entre outras.

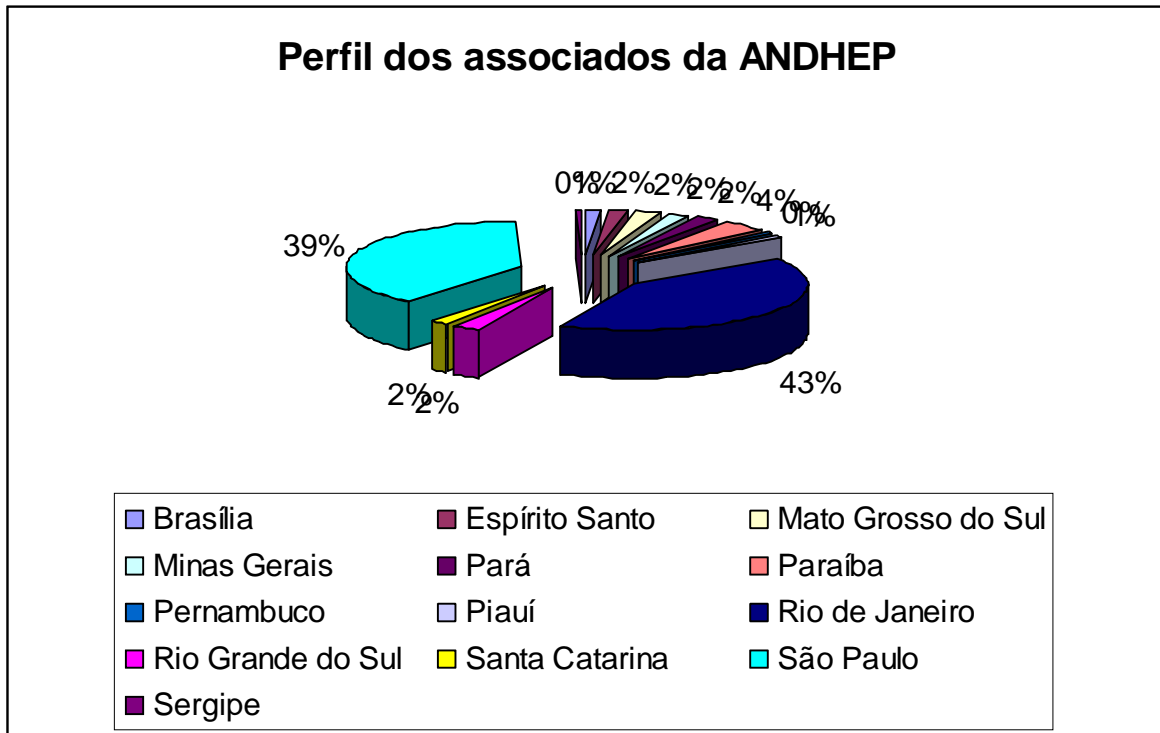


Nota-se que, a cada encontro, a ANDHEP reúne uma série de pessoas que se tornam associadas. Atualmente a ANDHEP apresenta cerca de 214 associados em todo o país, conforme apresentado no Quadro 3 abaixo:

QUADRO 3	
Perfil dos associados da ANDHEP	
Estado	Nº de Associados
Brasília	3
Espírito Santo	4
Mato Grosso do Sul	5
Minas Gerais	4
Pará	5

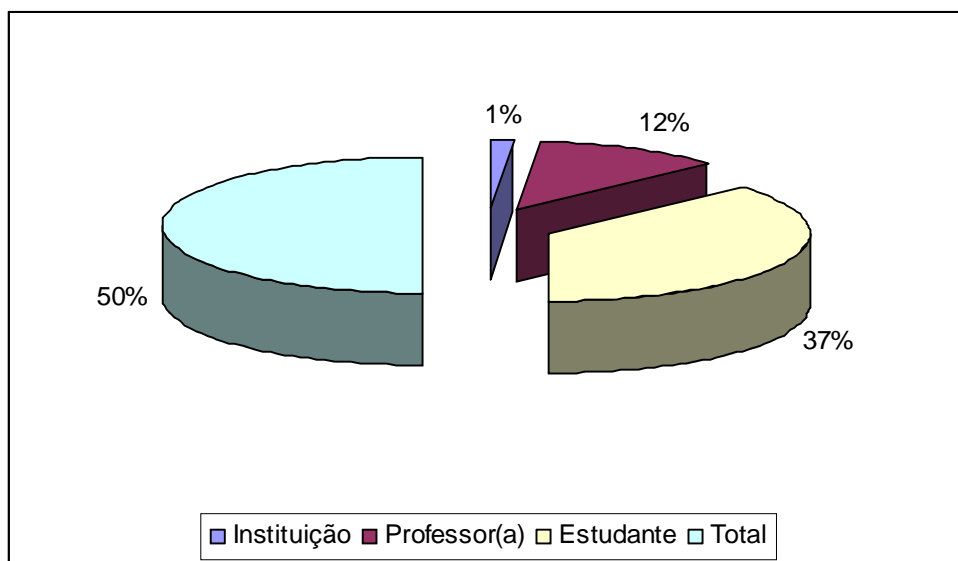
Paraíba	9
Pernambuco	1
Piauí	2
Rio de Janeiro	89
Rio Grande do Sul	5
Santa Catarina	4
São Paulo	82
Sergipe	1
Total	214

Cerca de 39% dos associados são de São Paulo e 43% são do Rio de Janeiro. É importante lembrar que estes dois estados celebraram os dois encontros anuais da ANDHEP, o que influenciou bastante no número menor de participantes vindos de outros estados.



Dos 214 associados, segundo o Quadro – 4 abaixo, 6 são instituições, 50 são professores e 158 são estudantes de graduação e pós-graduação. Como a Associação tem apenas dois anos de existência, o número de associados tende a aumentar durante os próximos encontros. Conforme decisão da Assembleia Geral da ANDHEP, o III Encontro Anual será realizado na Paraíba, na expectativa de expandir ainda mais os objetivos da Associação.

QUADRO – 4			
Perfil dos Associados da ANDHEP			
Instituição	Professor(a)	Estudante	Total
6	50	158	214



### 5.3 – Primeiro dia – 07 de junho

#### Cerimônia de Abertura

---

A Cerimônia de Abertura contou com as presenças do presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação – ANDHEP; Prof. Sérgio Adorno, da vice-presidente da ANDHEP; Profa. Flávia Piovesan e do secretário executivo da ANDHEP; Prof. Eduardo Bittar, e dos membros da diretoria da ANDHEP; Prof. João Ricardo Dornelles e Prof. Luciano Mariz Maia.

Foto/Ariadne Natal



À direita da foto o professor Sérgio Adorno (presidente da ANDHEP), ao centro o professor Gilberto Dupas (Gacint) e à esquerda o professor Eduardo Bittar

A Cerimônia de Abertura foi presidida pelo presidente da ANDHEP, Prof. Sérgio Adorno, que deu um breve histórico acerca do surgimento da Associação, os objetivos da organização, os trabalhos já realizados e os futuros projetos.

#### Palestra de Abertura

#### O Conceito hegemônico do progresso e os Direitos Humanos

A palestra foi promovida pelo Prof. Gilberto Dupas, coordenador do GACINT - Grupo de Análise da Conjuntura Internacional, cujo tema foi O Conceito hegemônico do progresso e os direitos humanos.

Foto/Ariadne Natal



Professor Gilberto Dupas (GACINT)

Foi uma brilhante apresentação, assistida por mais de 250 participantes, entre eles professores, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas

áreas do conhecimento e militantes de direitos humanos. Suas reflexões acerca do progresso e os conflitos que este conceito hegemônico apresenta em relação aos ideais de direitos humanos no plano mundial foram calorosamente aplaudidas pela platéia.

O debate demonstrou a atualidade polêmica e encantadora acerca dessa temática, produzindo, ao mesmo tempo, uma sensação de inquietação aos problemas colocados. Segundo o próprio Gilberto Dupas, como intelectual sua função não era “apresentar soluções” mas sim provocar a mente humana a pensar fundo nas questões que nos inquietam, sem medos nem resistências. Conforme ele “não podemos, como intelectuais, deixar de perceber as desigualdades que se escondem na falsa idéia de que o progresso significa, para humanidade, o avanço maior dos ideais humanos”.

Foto/Ariadne Natal



Participantes que assistiram a palestra do Prof. Gilberto Dupas no Auditório “Prof. Dr. Ariosto Milla” FAUSP

Muitos saíram pessimistas, outros instigados a pensar mais acerca da temática. Como se pode notar, a palestra ofereceu um fértil espaço para o desenrolar de novas reflexões, em pauta nas discussões de direitos humanos, seja no campo acadêmico, seja no campo da militância.

#### 5.4 – Segundo dia – 08 de junho

---

##### Painel 1 – Os desafios para a efetivação dos Direitos Humanos

O Painel 1 contou com as apresentações dos professores Dalmo de Abreu Dallari, professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e Fernando Scaff, professor da Universidade Federal do Pará. A palestra foi mediada pelo Prof. Guilherme de Almeida, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Foto/Ariadne Natal



Da esquerda para direita: Fernando Scaff (UFPA), Guilherme de Almeida (PNUD) e Dalmo de Abreu Dallari (FDUSP)

O Prof. Dalmo de Abreu Dallari expôs as resistências com relação aos direitos humanos nos diversos setores da sociedade, seja no poder político, no poder judiciário, na grande mídia e na sociedade civil, principalmente os donos de grandes capitais.

Segundo ele, o principal obstáculo é a incompreensão do que realmente significa direitos humanos, ou por uma interpretação errada, ou pela distorção do conceito. Mesmo os próprios defensores de direitos humanos têm dificuldade de entender o que significa direitos humanos, ou seja, não apresentam a mesma idéia do que são direitos humanos. Conta que após uma palestra, um dos participantes foi até ele e perguntou “quando alguém me fala que defendo bandido, o que devo responder?”.



Prof. Dalmo de Abreu Dallari (FDUSP)

Durante sua palestra, Dalmo Dallari apresentou uma síntese histórica da introdução dos direitos humanos no cenário social e político brasileiro, especialmente o de São Paulo. Recordou o período da inserção do tema dos direitos humanos no Brasil, momento em que o país vivia o autoritarismo ditatorial militar. Fala que a distorção que se fazia neste período com relação aos defensores de direitos humanos era de que eles seriam comunistas. Após a ditadura, essa adjetivação modificou-se, o defensor dos direitos humanos passou a ser reconhecido como "defensores de bandidos". Esse discurso permanece, aumentando o teor de resistência da população com relação à temática. Além disso, a grande imprensa não contribuiu muito para a modificação desse pensamento com relação aos direitos humanos na formação do senso comum.

Outro desafio para a implementação dos direitos humanos é o neoliberalismo. O Estado, para cumprir os direitos econômicos, sociais e culturais precisa executar políticas públicas, para isso necessita de arrecadação e destinação dos recursos para as áreas sociais. No entanto, isso vai contra a onda neoliberal, em que o Estado tem que ser mínimo, reduzir impostos e apenas mediar as relações econômicas, abrindo mão de suas outras obrigações, principalmente com as relacionadas com a aplicação dos recursos na área social.

Ele é otimista com relação ao alargamento dos direitos humanos, diz que as pessoas envolvidas com a temática têm que utilizar os espaços disponíveis para aumentar o diálogo com a sociedade e setores da sociedade que se recusam a entender o que realmente significam os direitos humanos. Disse que o diálogo é um caminho possível para vencer algumas resistências. Acrescenta que é otimista mas “pé no chão”, ou seja, não tem ilusões de que essa será uma tarefa fácil, porém, não acredita que seja impossível.

A palestra que seguiu à do Prof. Dalmo de Abreu Dallari foi a do Prof. Fernando Scaff, professor da Universidade Federal do Pará – UFPA. Sua exposição foi bastante objetiva, consistiu a apresentação dos resultados prévios de um trabalho de pesquisa instigante desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Pará, um mergulho nas entranhas do Estado, procurou expor como a sociedade financia o Estado para a implementação dos direitos humanos.

Sua fala foi dividida em três partes:

1. uma exposição acerca da estrutura do sistema de arrecadação do Estado conforme a Constituição Federal de 1988;

2. uma exposição da conjuntura, ou seja, qual a real situação da arrecadação atualmente e como ela tem sido distribuída pela poder público nos níveis federal, estaduais e municipais;
3. expõe quais são os riscos presentes no tipo de distribuição dos recursos realizada pelos poderes, os riscos para a efetivação dos direitos humanos, já que o montante arrecadado não está sendo direcionado conforme o dispositivo legal estabelecido pela Constituição Federal, e as defesas que temos para proteger a constitucionalidade da destinação dos impostos, tributos e contribuições para as áreas sociais.

Foto/Ariadne Natal



Prof. Fernando Scaff (UFPA)

Os slides dessa apresentação encontram-se disponíveis na página da ANDHEP – [www.andhep.org.br](http://www.andhep.org.br)

## Debate

Muitas foram as questões e colocações de alguns participantes com relação, principalmente, do compromisso do Estado em se fazer cumprir os direitos humanos. Qual seria o papel dos defensores de direitos humanos para

vencer as resistências apresentadas pelo Prof. Dalmo Dallari? Qual seria o papel dos defensores de direitos humanos para exigir do poder público a destinação dos recursos para implementação efetiva dos direitos humanos?

Os desafios apresentados pelos expositores colocaram em evidencia que ainda há muito que fazer, mas que isso só será possível se houver investimento em pesquisas na área de direitos humanos que viabilizem a identificação dos problemas para a sua real implantação.

## Painel 2 – Constituição, Direitos Humanos e Justiça

O Painel 2 contou com as apresentações do professores Gilberto Bercovici, professor da Faculdade de Direito da USP, e Luciano Mariz Maia, professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. O painel foi mediado pelo Prof. Eduardo Bittar, secretário executivo da ANDHEP.

O Prof. Gilberto Bercovici realizou uma contextualização histórica acerca da inclusão dos direitos humanos nas cartas constitucionais dos países durante os processos de democratização. Ao mesmo tempo, indicou como essas mesmas constituições, construídas a partir de legisladores preocupados com a limitação do poder do Estado, atualmente encontra-se completamente deixado de lado pela maioria dos Estado por não atender às demandas do apogeu do capitalismo.

Foto/Ariadne Natal



Da esquerda para direita: Luciano Mariz Maia (UFPB), Prof. Eduardo Bittar ANDHEP) e Prof. Gilberto Bercovici (FDUSP)

Expõe que um dos grandes desafios atualmente é o impasse entre o desenvolvimento econômico e a flexibilidade dos direitos humanos.

Após a exposição do Prof. Gilberto Bercovici, o Prof. Luciano Mariz Maia deu continuidade às reflexões acerca das constituições no plano da construção dos próprios direitos humanos.

Segundo ele a constituição surge na história da humanidade para limitar o poder e instituir as regras de como a sociedade irá funcionar e como o Estado vai funcionar. As constituições vieram a margem da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, no período da Revolução Francesa. O reconhecimento público dos direitos individuais de cada um foi um dos marcos para a disseminação de mecanismos de proteção desses direitos,

posteriormente ampliados com o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Porém, a constituição não foi suficiente para evitar que governos despóticos e autoritários surgissem, como foi o caso da Alemanha, que apresentava a Constituição de Weimar de 1919, exemplar no tocante ao reconhecimento e defesa dos direitos individuais, porém, não evitou o surgimento do Estado Nazista.

Daí a importância da internacionalização dos direitos humanos foi essencial, uma vez que foi estabelecido um novo compromisso das nações para a proteção dos direitos humanos, independente da questão da soberania do Estado-Moderno.

Entretanto ele introduz um problema: apesar do Brasil ter ratificado diversos tratados, convenções e pactos de direitos humanos, e ter reconhecido como parte da Constituição Federal, conforme o art. 5º , §2º , os juristas simplesmente ignoram esses documentos, atuando ainda conforme os juristas do passado.

## Debate

A questão da “flexibilização” das constituições nacional frente ao neoliberalismo foi ponto de preocupação para muitos dos participantes que se manifestaram após as apresentações. A grande questão seria o desafio de conseguir se fazer cumprir as leis que defendem os direitos humanos.

Houve um grande avanço com a internacionalização dos direitos humanos, mas muitos são os questionamentos acerca do enfraquecimento desses mecanismos, principalmente porque o país mais rico do mundo, os Estados Unidos, não reconhecem nem ratificaram os tratados internacionais de direitos humanos. A mercê deles, este país continua atuando no plano

internacional como bem deseja, violando os direitos humanos existentes em diversas nações.

## 5.5 – Terceiro dia – 09 de junho

---

### Painel 3 – Multiculturalismo, Globalização e Direitos Humanos

O terceiro e último dia do Encontro, 9 de junho, teve as apresentações da representante do CONECTAS Direitos Humanos, Juana Kweitez, e do professor e secretário executivo da ANDHEP, Eduardo Bittar. O painel foi mediado pelo Prof. João Ricardo Dornelles, professor da PUC- Rio e diretor da ANDHEP.

Foto/Ariadne Natal



Da esquerda para direita: Juana Kweitez (CONNECTAS), Prof. João Ricardo Dornelles (ANDHEP) e Eduardo Bittar (ANDHEP)

A apresentação de Juana Kweitez foi bastante interessante, principalmente porque ofereceu um panorama internacional da questão da globalização e direitos humanos.

Realizou uma breve apresentação do CONECTAS e da Revista SUR, uma publicação que apresenta uma perspectiva analítica e reflexiva sobre os direitos humanos no contexto do Hemisfério Sul. As publicações foram distribuídas a todos os participantes do encontro.

Ao entrar no tema do Painel, Juana Kweitez relatou algumas experiências na área internacional com relação à implementação dos direitos humanos e a globalização, como elas se relacionam, partindo de exemplos reais.

Ressaltou que o impacto da globalização de diversas dimensões, entre elas a emergência de questões étnicas para a convivência multicultural, configurando-se como um fenômeno da globalização no nível local. Afirma que para pensar em globalização é necessário ter em mente a idéia de processo, já que não há como voltar a história, ou seja, não se pode recusar a globalização porque não tem como andar para traz.

No plano econômico, o quadro não é muito alentador para os direitos humanos. Atualmente existem empresas cujo lucro ultrapassa o PIB de diversos Estados nacionais, ou seja, tornam-se mais poderosas do que os países. Os direitos humanos não têm como controlar isso.

Entretanto, apesar dos novos desafios, os organismos de defesa dos direitos humanos têm tentado buscar alternativas para incluir o tema dos direitos humanos na pauta da globalização. A Declaração do Milênio é um marco novo da ONU, no sentido de criar ferramentas para medir o avanço de desenvolvimento humano no contexto atual, para estimular que os países incluam a questão dos direitos humanos, bem como fazer com que as empresas firmem compromisso com direitos humanos no que se refere aos

direitos trabalhistas, preservação do meio-ambiente, etc. Também mencionou as modificações que estão ocorrendo na estrutura da ONU nos tempos recentes, citou a criação do Conselho de Direitos Humanos, ainda novo, mas que poderá ser uma nova força de defesa dos direitos humanos no plano internacional.

Aponta para alguns pontos positivos potencializados justamente pela globalização, como a construção de uma rede internacional, por meio do uso da internet. Ou seja, as pessoas podem estabelecer contatos com outras pessoas, de outros países, e conciliares interesses comuns para a construção de redes de defesa de direitos. O CONECTAS é um exemplo palpável dessa nova realidade, já que mantém uma rede mundial de defensores de direitos humanos.

Após a exposição de Juana Kweitz, o Prof. Eduardo Bittar deu continuidade às reflexões acerca do multiculturalismo, globalização e direitos humanos.

Segundo sua apresentação “a globalização é um fantasma mundial não compreendido”. Divide sua fala em duas partes:

1. a globalização que se tem
2. a globalização que se quer

A globalização deve ser entendida de forma mais ampla. Para entender a globalização é preciso pensar em processo. A globalização faz florescer as lutas por identidade, por outro lado ele faz parte da política, compreende uma interdependência mundial. Para pensar na globalização é preciso pensar em processo. Ela significa a intensificação das trocas internacionais, o que gera uma sensação de insegurança para os Estados nacionais.

A definição da globalização é um desafio. Tem que haver uma ampla discussão de cientistas sociais, cientistas políticos, sociólogos e demais

intelectuais. A globalização é um fenômeno da pós-modernidade. Ela é irreversível.

Há um conflito entre a globalização e o Estado-nação, uma vez que este último apresenta uma ineficácia das suas táticas clássicas em relação às suas economias, política e estrutura e vida social. Existe uma necessidade do Estado-nação ser reinventado nesse novo contexto de globalização, já que este fenômeno implica na relativização dos estados, e estes não conseguem responder as demandas que lhes são colocadas.

A globalização que queremos seria aquela propiciasse uma emancipação a partir dos movimentos sociais, do aumento da participação popular no exercício da democracia, do fortalecimento das relações Sul e Sul, do aumento do diálogo internacional para a construção de uma ética global, fundamentada na dignidade humana. Significa buscar a formação de uma sociedade cosmopolita.

## Debate

As questões suscitadas pelos participantes foram no sentido de procurar os caminhos para a superação dos problemas trazidos pela globalização e, ao mesmo tempo, como inserir na pauta internacional, não só dos estados nacionais mas também das empresas multinacionais, o compromisso com os direitos humanos, numa reação à supremacia do neoliberalismo capitalista, em que as relações econômicas e os lucros ditam a ordem mundial da exploração. Ao mesmo tempo, como a ONU poderia ser o agente provocar desse compromisso internacional com relação aos direitos humanos.

## Palestra de encerramento

### Direito, Democracia e Direitos Humanos

A palestra de encerramento foi apresentada pelo professor Renato Janine, professor da Faculdade de Filosofia da USP. A palestra foi presidida pelos professores Sérgio Adorno e Flávia Piovesan.

Foto/Ariadne Natal



Da esquerda para direita: Prof. Sérgio Adorno (ANDHEP), Prof. Renato Janine Ribeiro (FFLCH/USP) e Profa. Flávia Piovesan

O Prof. Renato Janine introduziu um tema questionador em que os direitos humanos seriam uma ameaça à democracia. Ele faz uma reflexão,

pontuando algumas questões críticas de conflitantes entre a democracia e os direitos humanos.

Democracia, poder do povo: demo – na democracia moderna participam aqueles que estão organizados/ cracia- qual poder tem o Estado Moderno? O que significa o poder do povo? Até onde vão as suas decisões? Questões difíceis, enfraquecimento da democracia e fortalecimento dos direitos humanos. É preciso que seja criada uma conciliação entre democracia e direitos humanos. Outra questão é o fato dos estados se comprometeram em respeitar e fazer cumprir determinados direitos, por exemplo, o da moradia, mas não efetiva uma política efetiva de cumprimento real desse compromisso.

Atualmente, no plano dos direitos, tem-se falado nos direitos de quarta geração, que refere-se à proteção da biosfera. O pensamento do direito é bastante complexo, pois sua classificação refere-se ao indivíduo, por essa razão é difícil falar de direitos humanos que se expandiram e estão indo para além do humano. Temos que mudar os paradigmas, exige uma redefinição.

Atualmente a discussão é acerca da ética privada para a ética pública, ou seja, o que no passado era tido como um caso de cunho privado, como violência doméstica, ele tem sido visto a partir de uma ética pública, as leis têm que punir esse tipo de caso. Outro exemplo diz respeito aos suicidas, cria-se uma lei que proteja a pessoa dela mesma.

Essas modificações foram possíveis graças à ampliação dos direitos humanos. Mas quais são os desafios disso com relação à democracia?

## Debate

Primeiramente as declarações foram de que sempre se defendeu que sem democracia não há direitos humanos, que sem direitos humanos não há democracia. Para a maioria dos participantes a idéia de que os direitos

humanos poderiam significar uma ameaça à democracia causou uma desestrutura cognitiva, um exercício de pensar de uma outra forma.

## 5.6 - Assembléia

Realizada aos nove dias do mês de junho de dois mil e seis, às 18h05min, durante o II Encontro Anual da ANDHEP, nas dependências do “Auditório Prof. Dr. Ariosto Milla”, sito à Rua do Lago, 876, Cidade Universitária – São Paulo, presidida pelo Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu e acompanhada pela Vice-presidente da ANDHEP, Profa. Dra. Flávia Cristina Piovesan com a seguinte ordem: 1. Seção Plenária da Assembléia Geral da ANDHEP; 2. Revisão do Estatuto da ANDHEP; 3. Aprovação das contas e do relatório de atividades 2005; 4. III Encontro Anual da ANDHEP; 5. Encerramento das atividades.

Fotos/Ariadne Natal



Profa. Flávia Piovesan



Prof. Sérgio Adorno

Com o início dos trabalhos, fizeram-se pertinentes alguns informes não mencionados em pauta. Inicialmente, o Presidente justificou a ausência da Assessora de Direitos Humanos da Fundação Ford, Denise Dora, no encerramento do II Encontro Anual da ANDHEP e pediu desculpas aos associados e participantes do Encontro perante as dificuldades de acesso e demais transtornos quanto ao deslocamento para as salas e auditórios que

ocorreram as atividades do evento. O Presidente enfatizou a chamada para a apresentação de originais à Revista Impulso, cujo prazo para a submissão de originais estende-se até agosto de 2006 para serem publicados em janeiro de 2007.

A apresentação dos textos será realizada no endereço eletrônico <[www.unimep.br/editora](http://www.unimep.br/editora)>. A Profa. Maria Nazaré Tavares Zenaide, integrante do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) informou acerca do Seminário promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ocorrido nos dias 06 e 07 de junho do corrente ano, com o objetivo de dar prosseguimento ao trabalho de sistematização do material colhido no processo de Consulta Nacional para revisão e atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), realizada por meio de Encontros Estaduais. Além do referido informe, a Profa. Maria Nazaré Tavares Zenaide declarou oficialmente a inclusão da ANDHEP no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e comunicou acerca da realização do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, nos dias 30 e 31 de agosto e 01 e 02 de setembro do corrente ano. O integrante da Diretoria da ANDHEP, Prof. Luciano Mariz Maia, divulgou o III Seminário Internacional de Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com data prevista para o período de 4 a 6 de setembro de 2006, em João Pessoa. O tema do encontro é "Direitos Humanos e Multiculturalismo: perspectivas para a humanidade", terá a participação do Professor Titular da Universidade de Coimbra, Boaventura de Souza Santos e tem o propósito de realizar um intercâmbio institucional entre universidades brasileiras e estrangeiras, promovendo debates entre professores e alunos da área de Direitos Humanos. O Prof. Luciano Mariz Maia informou que o prazo máximo para a inscrição de trabalhos será o dia 30 de

junho e a divulgação dos trabalhos selecionados será divulgada no dia 30 de agosto do corrente ano.

O Presidente recapitulou o encaminhamento da última parcela da doação da Fundação Ford para a criação da ANDHEP e declarou que foi realizada a solicitação de renovação de apoio da Fundação Ford à Associação. E, em seguida, declarou ao plenário as atividades a serem inseridas no planejamento da ANDHEP.

Dentre as atividades, foram destacadas: a atuação da ANDHEP em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) na tradução de edições ligadas a temática dos Direitos Humanos; a elaboração de um edital de seleção para 50 (cinquenta) bolsas-auxílio direcionadas a alunos de pós-graduação ligados à temática dos Direitos Humanos, de forma a possibilitar a apresentação dos trabalhos em andamento nos Encontros realizados pela ANDHEP; a elaboração de um edital de captação de pesquisadores estrangeiros de Pós-Graduação em Direitos Humanos, com o objetivo de viabilizar visitas e apresentação de seminários à Universidade de São Paulo (USP), à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a publicação dos Anais de Encontro da ANDHEP. A Vice-Presidente enfatizou a identificação dos cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos ministrados nas instituições estrangeiras, com o fim de utiliza-los como referência global de ensino em Direitos Humanos. O Presidente ressaltou a necessidade da Associação formalizar a constituição de Comissões Internas - com missões específicas, capazes de possibilitar uma participação mais efetiva e uma renovação periódica - com ênfase inicial na constituição da Comissão de Pós-Graduação e colocou à disposição do Plenário a abertura para sugestões referentes a estes encaminhamentos.

O Prof. Paulo Weyl sugeriu a concessão do prazo de 15 (quinze) dias para o recebimento de inscrições, mediante a utilização de correio eletrônico,

das indicações dos nomes para a Comissão de Pós-Graduação. A Prof<sup>a</sup> Maria Nazaré Tavares Zenaide sugeriu que posteriormente fosse criado um Comitê Interno de Educação em Direitos Humanos com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

O Presidente ainda acrescentou a necessidade da criação do Comitê Acadêmico, no prazo de um ano, e em seguida, da Comissão Institucional para assuntos extraordinários. Foi ressaltada pela Diretoria presente e pelo plenário a importância de tais Comissões e Comitês nos seguintes aspectos: estimular os associados ao incentivo à filiação de amigos e colegas e, inclusive, à sua participação nos futuros Comitês e Comissões; reservar um momento à noite para a realização de um Curso de Metodologia de Pesquisa; prosseguir na busca pela captação de recursos junto à CAPES para programas de intercâmbios interinstitucionais, capazes de promover uma mobilidade do corpo docente entre as Instituições de Ensino Superior (IES); apresentar no sítio eletrônico da ANDHEP as consultas prévias necessárias acerca do próximo Encontro e as decisões das Comissões e Comitês, disponibilizando-as por tempo determinado para a votação do corpo de associados.

O Presidente informou o Plenário acerca da eleição da próxima Diretoria e motivou os associados a refletirem acerca de possíveis nomes e do fato de que a Diretoria Executiva da ANDHEP não necessita ser sediada permanentemente no Estado de São Paulo. A Profa. Raimunda Luiza de Brito solicitou registro em ata do agradecimento frente à recepção calorosa direcionada aos associados e felicitou a Diretoria e a equipe de apoio pela realização do Encontro.

1. Seção Plenária da Assembléia Geral da ANDHEP: Como prosseguimento na discussão dos assuntos mencionados na pauta, o Presidente ratificou a eleição da diretoria da ANDHEP.

2. Revisão do Estatuto da ANDHEP: Postas em votação, as propostas a seguir foram aprovadas uma a uma por unanimidade. Na alínea h do artigo 1º, onde se lê: organizar encontro nacional, a cada dois anos, para divulgação de conhecimento e discussão de políticas de interesse da ANDHEP; leia-se: organizar encontro nacional, ao menos a cada ano, para divulgação de conhecimento e discussão de políticas de interesse da ANDHEP. No parágrafo único expresso no artigo 5º, onde se lê: cada associado, pessoa física ou jurídica, terá direito a um voto. Fica vedada à pessoa física voto por procuração; acrescente-se: parágrafo primeiro - cada associado, pessoa física ou jurídica, terá direito a um voto; e parágrafo segundo - os escrutínios poderão ser realizados, por meio eletrônico e os votos poderão ser computados pela participação virtual dentro das condições do edital de chamamento formulado pela Diretoria através do sítio da ANDHEP.

No caput do artigo 12, onde se lê: a Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, para aprovação das contas e eleição dos membros da Diretoria; leia-se: a Assembléia Geral reunir-se-á, anualmente para aprovação das contas e do relatório de atividades e a cada dois anos para a eleição dos membros da Diretoria.

Ainda no parágrafo único do artigo 12, onde se lê: a Assembléia Geral será convocada com no mínimo quinze dias de antecedência e pauta pré-estabelecida; acrescente-se: parágrafo primeiro - a Assembléia Geral será convocada com no mínimo dez dias de antecedência e pauta pré-estabelecida; e parágrafo segundo - deliberações poderão ser tomadas por meio da participação por meio eletrônico dos membros da Assembléia Geral através do sítio da instituição.

No parágrafo único do artigo 14, onde se lê: é vedada a remuneração para os integrantes da diretoria; acrescente-se: parágrafo primeiro - é vedada a remuneração para os integrantes da Diretoria; e parágrafo segundo - os

membros da Diretoria poderão ser eleitos por meio de voto eletrônico dos membros da Assembléia Geral por meio do sítio da instituição. Não havendo mais a tratar, o Presidente agradeceu pelo comparecimento dos associados e não existindo qualquer outra manifestação, encerrou a Assembléia às 19h47min., da qual lavrou-se a presente ata, que será assinada pelo Presidente e pela Vice-Presidente, após sua aprovação.

3. Aprovação das contas e do relatório de atividades 2005: Em virtude do significativo número de associados ausentes na Assembléia, o plenário decidiu que as contas e o relatório de atividades referentes ao ano de 2005 deveriam ser disponibilizados no sítio eletrônico da ANDHEP, como forma de possibilitar o envolvimento de um número mais representativo de associados no processo de apreciação e aprovação dos referidos documentos.

4. III Encontro Anual da ANDHEP: O plenário decidiu por unanimidade de votos que o local escolhido para a realização do próximo Encontro da ANDHEP seria João Pessoa/PB.

5. Encerramento das atividades: O Presidente agradeceu pela presença dos alunos e associados, pelo apoio da Fundação Carlos Chagas na realização do evento e pelo esforço e dedicação do Secretário-Executivo da ANDHEP, o Prof. Dr. Eduardo Carlos Bianca Bittar e da equipe de apoio do II Encontro. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a Assembléia às 19h47min, da qual lavrou-se a presente ata, que será assinada pelo Presidente e pela Vice-Presidente, após sua aprovação.

## 5.7 - Gastos Encontro

<b>Custos II Encontro</b>	
Passagens	5.309,44
Hospedagem	1.196,16
Vans	3.360,00
Material divulgação	1.425,00
Equipe de Trabalho	1.980,00
Coordenação	1.500,00
Outras despesas	8.020,00
<b>Total</b>	<b>22.790,60</b>

## 5.8 - GRUPOS DE TRABALHO

Os relatos abaixo foram descritos a partir dos relatórios desenvolvidos pelos participantes e coordenadores de cada grupo de trabalho.

Tema: Inclusão Social

Coordenação: Sérgio Adorno e Flávia Piovesan

---

O Grupo de Trabalho da temática Inclusão Social foi coordenado pelos professores Sérgio Adorno e Flávia Piovesan. Os trabalhos foram apresentados por:

1. Ivanilda Figueiredo; expôs o artigo "Direito ao desenvolvimento humano: uma sugestão sobre a definição desse conceito";
2. Liliana Márcia Balmant e Sidney Guerra; apresentaram o artigo "Dignidade da pessoa humana e o direito ao mínimo vital";
3. Ludimila Cerqueira Correia; expôs o artigo "Manicômio judiciário: espaço de violações de direitos humanos";
4. Naira Brasil; apresentou o artigo "25 anos da AIDS: desafios para o tempo de direitos";
5. Vitor Souza Lima Blotta; apresentou o artigo "A inclusão pelo simbólico: linguagem, dominação e transformação".

Vários temas foram abordados: o direito ao mínimo para a sobrevivência humana, a discriminação sofrida pelas pessoas portadoras do vírus HIV,

problema de violações de direitos humanos nos manicômios judiciários, linguagem simbólica dos direitos humanos, a questão da justiça reparatoria que se pautava mais na mediação, diálogo do que na repressão. Ao final foram feitas considerações aos trabalhos apresentados no sentido de oferecer um espaço de reflexão, afinal a inclusão social é um direito humano fundamental.

Foto/Ariadne Natal



As questões e desafios suscitados foram como conquistar uma efetividade com relação a esse direito. Foi esse o balanço e desafio para que tema seja contemplado nos direitos humanos.

Tema: Acesso à Justiça

Coordenação: Guilherme de Almeida

O Grupo de Trabalho Acesso à Justiça foi coordenado pelo professor Guilherme de Almeida. Os trabalhos foram apresentados por:

1. Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, representado por Rachel Herdy de Barros Francisco, que expôs o projeto de pesquisa “Entre a realidade e a realização: consciência de direitos e acesso à justiça em comunidades urbanas carentes”.
2. Paulo Henrique da Fonseca; que apresentou os projetos “Direitos humanos dos pobres: entre a violação e a exclusão” e “Advocacia popular e os direitos dos carentes: a experiência do EMPAS-OAB” .
3. Wilson Levy; que apresentou o artigo “Pós-modernidade e razão em crise: breves reflexões sobre a justiça”.

Foto/Ariadne Natal



Os projetos estão em andamento. Paulo Henrique da Fonseca apresentou uma atuação no semi-árido, discussão entre a exclusão social e violação de direitos, a implicação prática do próprio aparelho de Estado quando a violação de exclusão social é praticada por uma estrutura violadora, e não um sujeito violador.

Houve algumas outras contribuições muito ricas. O Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio apresentou o projeto de mediação de conflitos, em uma comunidade do Rio de Janeiro, com a perspectiva mais de intermediação de conflitos. O trabalho do aluno da PUC-Campinas, Wilson, discutia a questão das racionalidades do direito e o que isso implica para os direitos humanos.

Wilson Levy apresentou uma reflexão sobre a questão da justiça na pós-modernidade. Houve uma discussão acerca da uma reflexão do que a maioria considera "acesso à justiça", se isso significava um acesso de uma justiça enquanto substancia de algo a ser distribuído à comunidade ou se era apenas o acesso ao judiciário.

Tema: Tortura e graves violações de direitos humanos  
Coordenação: Luciano Mariz Maia

O Grupo de Trabalho graves violações de direitos humanos foi coordenado pelo professor Luciano Mariz Maia. Os trabalhos foram apresentados pelos participantes:

1. Elisa Pires da Cruz e Lidiane Mazzoni; que apresentaram o artigo "A efetivação dos direitos humanos e a Fundação do 'Bem-Estar' do Menor – Febem"

2. Marcos Braga Júnior; que expôs o trabalho “O Conceito de Polícia e a noção de segurança no contexto atual dos direitos humanos”

Foto/Ariadne Natal



Um dos trabalhos apresentou a evolução do conceito de polícia, que antigamente era tida como o agente público que prestava um serviço à sociedade, uma prestação positiva do Estado, e que nos dias de hoje o conceito de polícia fundamenta-se no controle e na repressão. A questão colocada era como aproximar a polícia dos direitos humanos, enfrentando-se assim o conceito atual.

Outro artigo apresentado foi sobre as constantes e sistemáticas violações de direitos humanos na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo, FEBEM/SP, ou seja, como o modelo que ela apresenta hoje é inadequado para o cumprimento dos direitos humanos.

Tema: Minorias: raça, gênero, geração e grupos sócio-econômicos  
Coordenação: Silvia Pimentel

O Grupo de Trabalho da temática Minorias: raça, gênero, geração e grupos sócio-econômicos foi coordenado pela professora Silvia Pimentel. Os trabalhos foram apresentados por:

1. Bárbara Garcia Ribeiro Soares da Silva; que expôs o trabalho de pesquisa "A Delegacia da Defesa da Mulher: um exercício da biopolítica";
2. Erica Roberts C. Serra e Samuel Mendonça; que apresentaram o artigo "Igualdade e diferença nos direitos humanos";
3. Raimunda Luiza de Brito; que apresentou o relato "Uma experiência de 'Educação através do lazer: estudo de caso em São Benedito".

O primeiro trabalho foi apresentado por Raimunda Luiza de Brito, baseado em um relatório de trabalho de campo sobre a afirmação da comunidade negra de São Benedito, no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo a avaliação realizada após o projeto, afirmação dos direitos das crianças melhorou a auto-estima delas. Dez anos após o projeto, muitas delas foram para faculdade, fazem curso superior.

O segundo trabalho foi apresentado por Erica Roberts e descreveu a questão do conceito de igualdade e da diferença da mulher nos direitos humanos, tratou a igualdade formal e material. A construção da identidade, a necessidade de construir essa identidade, identificar as falsas identidades

femininas, produzidas pelo mercado, cultura patriarcal e sociedade de consumo.

Foto/Ariadne Natal



Outro trabalho apresentado foi de Bárbara Garcia Ribeiro Soares da Silva, sobre o funcionamento da Delegacia da Mulher e direitos humanos. Ao final, foram debatidas as questões relativas aos indígenas do Pará.

Tema: Balanço dos Programas em Direitos Humanos

Coordenação: Paulo Weyl

O Grupo de Trabalho da temática Balanço dos Programas em Direitos Humanos foi coordenado pelos professores Sérgio Adorno e Flávia Piovesan.

Não houve apresentação de trabalhos, apenas um debate com representantes dos três programas de direitos humanos e demais participantes do encontro, interessados no tema.

Foto/Ariadne Natal



Foram debatidos alguns pontos com relação aos programas de direitos humanos existentes no Brasil e levantadas algumas questões:

1. o caráter recente dos programas;
2. dificuldade das cotas e políticas de ação afirmativa na seleção dos alunos para os programas;

3. ampliar o diálogo entre os programas e os movimentos sociais;
4. necessidade de diálogo entre os programas de mestrado em direitos humanos;
5. ANDHEP seja um veículo para articulação dos programas
6. incentivo para espaços para publicação dos trabalhos e artigos
7. dar visibilidade para as linhas de pesquisa
8. garantir o intercâmbio entre os alunos e os professores dos programas de direitos humanos
9. produzir um catálogo de eventos e pesquisas em direitos humanos

Tema: Educação para os Direitos Humanos

Coordenação: Margarida Genevois

O Grupo de Trabalho da temática Educação para os Direitos Humanos foi coordenado por Margarida Genevois, brilhante ativista dos direitos humanos no Brasil.

Os trabalhos foram apresentados por:

1. Énea de Stutz e Almeida ; que expôs o artigo “Educação e direitos humanos” ,
2. José do Nascimento ; que apresentou o artigo “ Educação Multiculturalista para os Direitos Humanos”,
3. Ronilson de Souza ; que expôs o artigo “POLÍCIA MILITAR E DIREITOS HUMANOS: “o sono da razão produz monstros”,

4. Paulo César Carbonari ; que apresentou o artigo " Educação em direitos humanos: esboço de reflexão conceitual"

Foram elecandos alguns pontos no debate:

1. abordagem conceitual dos direitos humanos nos programas de mestrado em direitos humanos
2. preocupação com o fato de o conceito estar descolado das políticas públicas e não modifica o cenário, ou seja, não há impacto na cultura dos direitos humanos
3. a importância da transversalização dos direitos humanos nas diversas áreas do conhecimento
4. a importância de pensar o educador dos policiais, inserindo-os nos programas pois quando eles participam desse espaço de discussão e conhecimento na área de direitos humanos, eles tornam-se multiplicadores e uma resistência no interior das corporações policiais completamente conservadoras
5. a idéia de alteridade – a educação em direitos humanos intervem na subjetividade
6. as práticas das entidades de direitos humanos são socorristas, deixam de lado a ação preventiva

Tema: Relatos e experiências governamentais e não-governamentais na promoção dos direitos humanos

---

Coordenação: João Ricardo Dornelles

O Grupo de Trabalho da temática Relatos e experiências governamentais e não-governamentais na promoção dos direitos humanos foi coordenado pelo professor João Ricardo Dornelles.

Os trabalhos foram apresentados os trabalhos por

1. Ana Paula Martins Amaral; que apresentou o artigo “A importância do desenvolvimento social e do meio ambiente para implementação dos direitos humanos”.
2. Ivanilda Figueiredo; que expôs o trabalho “A VIA DE MÃO DUPLA DA CIDADANIA: A IMPOSIÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS PARA A CONCESSÃO DE DIREITOS ECONÔMICOS”,
3. José Ricardo Cunha, Alexandre Garrido da Silva, Lívia Fernandes França e Joanna Vieira Noronha; que apresentaram o projeto de pesquisa “A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Um grupo de pesquisa do Rio de Janeiro, composto por integrantes de diversas universidades do Rio, vem desenvolvendo a pesquisa a justiciabilidade dos direitos humanos e o impacto da gramática dos direitos humanos nas decisões judiciais a partir dos tratados internacionais de defesa dos direitos humanos. O resultado prévio é de que os juizes não conhecem ou conhecem de forma muito específica dos tratados internacionais. Eles não aplicam em sua maioria.

O artigo da Ana Paula Martins Amaral trabalhou com a questão da governança global no tocante à proteção do meio-ambiente e combate à fome, partindo da Declaração do Milênio.

Por ultimo o relato de uma experiência da OAB na Paraíba, onde a advocacia popular buscar levar o acesso à justiça a populações que dificilmente o teria. Relata como este trabalho suscitou diversas questões, principalmente com relação à exclusão social das comunidades em que o trabalho é realizado e como isso tem afetado a justiça.

## 6. GRUPO DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL

### 6.1 – Reunião com o Grupo de Direitos Humanos e Saúde Mental

O Secretário Executivo da ANDHEP, Eduardo Bittar, participou de reunião do Grupo de Direitos Humanos e Saúde Mental, realizada no dia 26 de setembro, das 13h as 18hs, no Ministério da Saúde, onde, após diversos debates e deliberações, considerou-se de fundamental importância o papel do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP) e da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) de realizar um projeto protótipo institucional a ser oferecido à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) para a formação orgânica do convênio inter-universitário (FIOCRUZ, PUC-RJ, UFF-RJ e UERJ) para a consolidação do projeto nacional de Saúde Mental e Direitos Humanos.

O Secretário de estado de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, durante a reunião, não somente noticiou, mas elogiou a iniciativa da ANDHEP de um concurso de monografia acerca do tema da saúde mental e direitos humanos.

### 6.2 – Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental

A ANDHEP, apresentou uma proposta de projeto, em parceria com Núcleo de Estudos da Violência (NEV), com vistas à implementação do NÚCLEO BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL.

A partir da edição da Portaria Interministerial n. 1055/2006, foi dado o prazo de 60 dias para que uma Comissão de Estudos fosse constituída para pensar a criação do Núcleo.

O Secretário-Executivo da ANDHEP incumbiu-se de participar do delineamento institucional do Núcleo, dependendo, para tanto, da deliberação do Conselho Deliberativo do NEV sobre o assunto, bem como da manifestação dos demais envolvidos (Regina Benevides; Renata Pelizan e Paulo Amarante) e da discussão sobre a disponibilidade de verbas para a realização do projeto, para apresentar proposta final.

Além disso, a ANDHEP lançou o I Prêmio de Monografia sobre o tema DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL

### 6.3 - Concurso de Monografias: Saúde Mental e Direitos Humanos

Tendo em vista a Portaria Interministerial n. 1055/2006 e a convocação da Secretaria Especial de Direitos Humanos para a ênfase na política pública destinada à reflexão sobre direitos humanos e saúde mental, a necessidade de promover o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e a divulgação do conhecimento em matéria de direitos humanos e, em vista os desafios teóricos e práticos comportados pelo tema, a ANDHEP resolveu criar o Concurso de Monografias, com vistas ao cumprimento de seu Estatuto e finalidade social.

O I Prêmio de Monografia sobre o tema DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL, tem o apoio da institucional do Núcleo de Estudos da Violência da USP e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Além desse, a ANDHEP lançou também o Concurso Cidadania e Direitos Humanos, com o objetivo de expandir as contribuições e estudos nessa área.

## 7. CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Os Prêmios têm por finalidade estimular a pesquisa e promover a difusão de estudos sobre o tema direitos humanos e saúde mental em todo o país, além da temática cidadania e direitos humanos.

O concurso é destinado a alunos de graduação e pós-graduação, de quaisquer áreas de conhecimento, desde que inscritas em programas de graduação e pós-graduação no país (Medicina, Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, Direito, entre outras).

O julgamento dos trabalhos será feito por uma Comissão Julgadora composta especialmente para esse fim, formada por 01 (um) representante da Diretoria da ANDHEP e 03 (três) professores indicados pela diretoria da ANDHEP e que não estejam participando do prêmio.

Os critérios para aprovação da monografia são:

- a) conteúdo: caráter inovador do conjunto das idéias principais e correção das afirmações ou opiniões sobre fatos, evidências ou informações pertinentes;
- b) aplicabilidade: utilidade e mérito do conjunto de conclusões e de eventuais propostas de linhas de ação;
- c) fundamentação: argumentação baseada em fatos históricos, legislação, doutrina ou jurisprudência relativas ao tema, com indicação da fonte utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço interlinear 1,5 (um e meio) e margem superior 2,5 cm (dois e meio centímetros), inferior 2,0 cm (dois centímetros), esquerda 2,5 cm (dois e meio centímetros) e direita 2,0 cm (dois centímetros).
- d) seqüência lógica: sucessão de fatos e idéias com coerência e regularidade;
- e) linguagem adequada: objetividade, estilo, concisão e correção.

Parágrafo único. A avaliação preliminar resultará em formulação de juízo sumário, devidamente justificado, de classificação ou desclassificação do trabalho.

A divulgação dos resultados será publicado na Home-Page da ANDHEP ([www.andhep.org.br](http://www.andhep.org.br)) durante o III Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação. A solenidade de divulgação dos prêmios e das menções honrosas ocorrerá no III Encontro Nacional da ANDHEP. O valor do Prêmio será de R\$ 2.500,00.

## 8. VÍDEO DE DIREITOS HUMANOS

No dia dezenove do mês de setembro de dois mil e seis foi realizada a primeira reunião, presidida pelo Secretário-Executivo da ANDHEP, Prof. Dr. Eduardo Carlos Bianca Bittar, com a presença de Kiko Goiffman e Marcelo Gomes, pertencentes à equipe da Paleo TV e acompanhada pela componente da equipe administrativa da ANDHEP, Denise Carvalho da Silva.

O objetivo do encontro foi elaborar uma proposta de execução de um vídeo com a temática dos Direitos Humanos. Inicialmente, o Secretário-Executivo relatou a resistência existente quanto à fundamentação dos Direitos Humanos, mesmo no meio acadêmico. A inserção da temática dos Direitos Humanos tem sido diretamente proporcional à desagregação da sociedade, além de ter sido altamente relacionada nos dias atuais à defesa das minorias (movimentos feministas, movimento negro, direitos dos prisioneiros).

Com base neste relato inicial, o Secretário-Executivo apresentou as seguintes propostas para o vídeo:

- provocar sensibilização nos espectadores;
- desmistificar os tabus relacionados aos Direitos Humanos;
- provocar a divulgação de uma informação concreta, por meio da demonstração, feita com simplicidade, de que a violação dos Direitos Humanos está ligada à questão da violação da cidadania.

Neste sentido, o Prof. Bittar apresentou como o ponto importante necessário para o vídeo a demonstração de um trabalho capaz de enfrentar a resistência existente, ainda que no âmbito dos programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos no país, através da sensibilização dos pós-graduandos e professores destes cursos e que, por sua vez, tenha repercussão na formação de uma nova leitura da cidadania, mediante uma visão dos Direitos Humanos

sob um aspecto global (que poderia ser demonstrado pelo caso do Líbano ou pelo genocídio da África, por exemplo).

Frente à explanação do Prof. Bittar, Kiko Goiffman, apresentou dois desafios: o de buscar a imagem de um fato concreto ou de um estudo de caso entrecortado por entrevistas de especialistas provido de uma natureza do concreto e, ao mesmo tempo, do sensível; e o de apresentar uma questão do cotidiano que não esteja ligada à questão facilitadora das minorias e que possua uma dimensão mais geral.

Kiko Goiffman ainda acrescentou que a junção de conceitos teóricos, poderia ser realizada através dos entrevistados e da utilização de recursos de computação gráfica, baseados em arquivos específicos e bancos de dados com representações de situações específicas que, posteriormente, pudessem tornar-se ligadas ao cotidiano, motivando a sensação de um sentimento mais genérico.

O vídeo representaria um material importante para demonstrar que os Direitos Humanos não nasceram desprovidos de luta e que a conquista dos Direitos Humanos foi abissal e teve uma infinita capacidade de fazer do ser humano o alvo de sua própria destruição. Desta forma, através do vídeo seria importante eliminar a falsa idéia de que a mera institucionalização dos Direitos Humanos os tornaria eternos.

Como demonstração de uma raiz histórica, poderiam ser utilizadas as historicidades unidas a imagens de caráter mais chocante para os espectadores. Como proposta para a estrutura do vídeo, Kiko Goiffman sugeriu que o vídeo, estipulado no tempo médio de 15 minutos, trabalhe os conceitos e a partir deles, combinasse entrevistas e clips (imagens) de momentos de situações extremas de violação, passando por uma inserção ligada a algo mais próximo da realidade brasileira (educação ou violência

doméstica, por exemplo) para promover uma aproximação com o público espectador.

Complementando o modelo da estrutura do vídeo, sugeriu-se a inserção de um recorte histórico dos Direitos Humanos desde a criação da Declaração Universal do Direitos Humanos, com ênfase na questão do holocausto, explicitada pelo Prof. Celso Lafer, passando pela implementação do Estado Democrático Brasileiro, através da Constituição brasileira de 1988, explicitada pelo Dalmo Dallari e culminando na situação brasileira atual, comentada pelo Prof. Sérgio Adorno.

O vídeo produzido está fundamentada no amplo debate da conscientização, formação e difusão da temática dos Direitos Humanos, atuando, em conjunto com imagens, sob a forma de instrumento de persuasão. Acrescenta-se a isso a importância do material utilizar o depoimento de pessoas que não sejam especialistas, como forma de promover uma maior aproximação com as pessoas que terão acesso ao vídeo.

A questão da universalidade, entre o indivíduo e a sociedade, foi conflitos fundamentais para estabelecer uma ponte entre o cotidiano e os especialistas em Direitos Humanos.

Para fechamento da estrutura do vídeo, a abordagem dos temas foi pontuada da seguinte forma:

1ª entrevista – Prof. Celso Lafer, explicitando a questão da dignidade da pessoa humana;

2ª entrevista – Prof. Dalmo Dallari, demonstrando os direitos reconhecidos pela Constituição brasileira (ênfase na criação da Carta de 1988 como símbolo de luta contra a repressão, em contraposição à visão do período ditatorial como um passado fechado);

3ª entrevista – Espaço aberto para a escolha de um especialista em temas como exclusão social, invisibilidade social, indivisibilidade dos direitos.

O vídeo esta sendo encaminhado a órgãos públicos responsáveis pelas escolas, universidades, bibliotecas, programas de direitos humanos, organismos de direitos humanos nacional e internacional.

A PALEOTV apresentou o cronograma e proposta do vídeo que foram aprovados pelo Secretário Executivo.

O cronograma para desenvolvimento de vídeo para apresentado pela PALEOTV foi o seguinte:

Etapas	Períodos
Roteiro	18 de setembro até 02 de outubro
Gravações e roteiro de edição	03 de outubro até 17 de outubro
Edição	18 de outubro até 01 de novembro
Finalização (tratamento de áudio, entrega das masters)	02 de novembro até 08 de novembro

O cronograma foi fielmente cumprido. Quanto à proposta para o desenvolvimento do vídeo foi estruturado a partir de uma proposta cuja temática central foi a questão dos Direitos Humanos. Pauta-se em uma abordagem que visa conceituar Direitos Humanos, delimitar suas abrangências, apresentar ações e desmistificar alguns pontos que envolvem tal noção.

Visando um público jovem amplo (com um foco maior em alunos de mestrado e no papel do professor como um mediador de conhecimentos) esse

vídeo é uma ferramenta importante de sensibilização e poderá ser usado em salas de aula, palestras e debates a respeito do tema. Para esse uso estima-se que a duração apropriada é de aproximadamente 15 minutos.

O conteúdo deste trabalho – feito em uma montagem que visa articular de forma ágil o assunto – incluiu a realização de depoimentos, algumas imagens de arquivo importantes, captação de novas imagens e a utilização de arte para a exemplificação de dados estatísticos relevantes. Foi dada uma ênfase geral do trabalho em uma significativa utilização de imagens, reduzindo o tom “verborrágico” que muitas vezes caracteriza produções como esta.

Após a conclusão do vídeo, foram duplicados 1000 exemplares para serem distribuídos aos associados da ANDHEP, universidades, órgãos públicos, bibliotecas, entidades de direitos humanos, etc. O vídeo será exibido durante o III Encontro Anual da ANDHEP .

## 9. PROJETOS FUTUROS

Durante o ano de 2006, a Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação, desenvolveu diversas atividades no sentido de contemplar os objetivos da Associação:

- a) realizou o II Encontro Anual da ANDHEP – 2006;
- b) reuniu textos e artigos da temática de direitos humanos para produção de uma publicação;
- c) reformulou o site para que este seja um instrumento de saberes e articulação;
- d) está realizando um levantamento de todos os programas de direitos humanos existentes no Brasil e no mundo;
- e) está realizando um levantamento de bibliografias na área dos direitos humanos para disponibilizá-la no site da ANDHEP;
- f) apoiou palestras acerca de temas de direitos humanos;
- g) idealizou e deu encaminhamento ao projeto de vídeo de direitos humanos, que está sendo distribuído a fim de ser multiplicado;
- h) construiu o e-goups, espaço de diálogo, debate e articulação
- i) elaborou os projetos de publicação de um livro de direitos humanos e do código de direitos humanos, que reunirá todos os textos legislativos relativos à essa temática, no âmbito nacional e internacional;
- j) idealizou dois prêmios: o primeiro é o Prêmio de Direitos Humanos e Saúde Mental, e o segundo é o Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania, ambos serão entregues aos vencedores do concurso de monografias.

A ANDHEP tem muitos projetos pela frente. Pretende-se dar continuidade a alguns projetos que já vêm sendo desenvolvidos e iniciar outros. As atividades a serem realizadas, foram destacadas:

1. a atuação da ANDHEP em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) na tradução de edições ligadas a temática dos Direitos Humanos;

2. a elaboração de um edital de seleção para bolsas-auxílio direcionadas a alunos e professores de pós-graduação ligados à temática dos Direitos Humanos, de forma a possibilitar a apresentação dos trabalhos em andamento nos Encontros realizados pela ANDHEP;

3. a elaboração de um edital de captação de pesquisadores estrangeiros de Pós-Graduação em Direitos Humanos, com o objetivo de viabilizar visitas e apresentação de seminários à Universidade de São Paulo (USP), à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a publicação dos Anais de Encontro da ANDHEP;

4. a identificação dos cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos ministrados nas instituições estrangeiras, com o fim de utilizá-los como referência global de ensino em Direitos Humanos;

5. formalizar a constituição de Comissões Internas - com missões específicas, capazes de possibilitar uma participação mais efetiva e uma renovação periódica - com ênfase inicial na constituição da Comissão de Pós-Graduação e colocou à disposição do Plenário a abertura para sugestões referentes a estes encaminhamentos.

6. criação do Comitê Acadêmico, e em seguida, da Comissão Institucional para assuntos extraordinários.

7. realizar o III Encontro Anual da ANDHEP no mês de junho ou agosto de 2007;

8. publicar o livro "direitos humanos" e o "código de direitos humanos"

9. publicar um livro de metodologia de educação em direitos humanos
10. produzir vídeos temáticos, conforme o vídeo de direitos humanos, para expandir o material didático sobre direitos humanos nas salas de aula

Todos esses projetos serão desenvolvidos com o apoio financeiro da Fundação Ford, que renovou a doação à ANDHEP para os anos de 2007 e 2008.